

**As relações diplomáticas entre Portugal e os
Estados Unidos da América**
O caso do Consulado-Geral de Portugal em Boston

Jorge Miguel Baptista Lares

Relatório para obtenção do Grau de Mestre em

Relações Internacionais

(2º ciclo de estudos ou mestrado integrado)

Orientador: Prof. Doutor Bruno Daniel Ferreira da Costa

Covilhã, junho de 2021

Dedicatória

Dedicado à minha avó Loulou, ao meu bisavô Manuel, e ao meu tio João, que certamente estarão orgulhosos do sítio onde estou.

“Oh, they say people come

Say people go

This particular diamond was extra special

And though you might be gone

And the world may not know

Still I see you, celestial

(...)

So if you love someone

You should let them know

Oh, the light that you left me will everglow.”

-Everglow – Coldplay

“No Money, no Funny!”

Agradecimentos

Ao Senhor Cônsul João Pedro Fins do Lago por me ter dado esta oportunidade e ter depositado confiança na minha capacidade de trabalho. À Beatriz, à Carolina e ao Frederico, à dona Rita e ao senhor Milheirão por tornarem o local de trabalho um lugar acolhedor e amigável, por me ajudarem a integrar a rotina de trabalho dentro do Consulado e me resolverem todas as dúvidas e questões. Ao meu orientador e professor doutor Bruno Ferreira Costa pela amizade e disponibilidade.

À minha bisavó Umbelina pela bondade e por me mostrar o significado de perseverança.

Ao meu avô Toneca e à minha avó Graça por estarem sempre presentes, com corações repletos de amor e bondade para com os outros.

Ao meu tio Michael e ao meu avô Batista por serem os dois modelos de Homem que eu aspiro ser todos os dias.

Aos meus pais por me ensinarem a ser quem sou, e por me construírem as Asas pelas quais eu voo; e aos meus irmãos Ricardo e Cassandra pelo apoio incansável.

À minha tia Isabel, ao Ricardo, e ao Nate, por terem tornado esta experiência possível, e por me apoiarem nos momentos precisos.

RESUMO

O presente relatório de estágio tem como intenção reportar o estágio curricular realizado no Consulado-Geral de Portugal em Boston de 15 de outubro de 2020 a 15 de abril de 2021, no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais, tendo o mesmo estágio sido desenvolvido ao abrigo do Programa de Estágios Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Programa Erasmus-ICM da Universidade da Beira Interior.

O objetivo final da participação no mesmo estágio seria o de aplicar os conhecimentos obtidos na vertente letiva do Mestrado de Relações Internacionais, e desempenhar funções profissionais relevantes ao local do estágio. Outro objetivo foi também perceber como funciona a rede diplomática portuguesa nos Estados Unidos da América, e como esta desempenha serviços às comunidades portuguesas.

O presente relatório irá apresentar não só as tarefas desenvolvidas durante o estágio e todas as oportunidades e constrangimentos que marcaram o desempenho de funções, mas também a análise da prática diplomática portuguesa, as relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América, e o impacto do apoio consular na comunidade portuguesa da área de jurisdição do Consulado-Geral de Portugal em Boston.

Palavras-chave: Diplomacia; Estados Unidos da América; Portugal; Negócios Estrangeiros; Boston; Consulado-geral

ABSTRACT

This report intends to describe the curricular internship that took place in the Consulate-General of Portugal in Boston from October 15th, 2020, to April 15th, 2021, with the purpose of finishing the master's degree in International Relations, while this internship was also put in practice in accordance to the International Internships Program of the Ministry of Foreign Affairs and the Erasmus-ICM Program of the University of Beira Interior.

The final objective of participating in this internship was to apply the knowledge obtained through the classes given in the master's degree in international Relations, and to perform professional functions relevant to the place where the internship took place. Another objective was to understand how the Portuguese diplomatic network in the United States of America works, and how it performs services towards the Portuguese communities.

This report will present not only the tasks performed during the internship and all the opportunities and constraints that marked the performance of functions, but also the analysis of the Portuguese diplomacy, the diplomatic relations between the United States of America and Portugal, and the impact of the consular support in the Portuguese community in the jurisdiction area of the Consulate-General of Portugal in Boston.

Keywords: Diplomacy; United States of America; Portugal; Foreign Affairs; Boston; Consulate-general.

Índice

Introdução	15
Capítulo 1.- A importância da diplomacia	16
1.1.-A prática diplomática	19
1.2-A rede diplomática de Portugal.....	23
Capítulo 2.- As relações diplomáticas Portugal-EUA.....	26
2.1.-A rede consular portuguesa nos EUA.....	30
Capítulo 3.- O Consulado-Geral de Portugal em Boston.....	33
3.1.-Origens históricas do Consulado.....	33
3.2.- A comunidade portuguesa em Boston.....	35
3.3.-Estrutura do Consulado.....	36
3.4.-Atividades desenvolvida.....	37
3.5.-Oportunidades de formação.....	39
3.6.-Constrangimentos.....	39
Considerações finais.....	41
Bibliografia.....	42

Lista de Siglas e Acrónimos

EUA- Estados Unidos da América

MNE- Ministério dos Negócios Estrangeiros

CGP- Consulado-Geral de Portugal

CG- Consulado-Geral

Introdução

O presente relatório apresenta os resultados do estágio curricular realizado entre outubro de 2020 e abril de 2021, no Consulado-Geral de Portugal em Boston, com o propósito da conclusão do Mestrado em Relações Internacionais.

O objetivo último da realização no estágio seria o de aplicar os conhecimentos teóricos lecionados no Mestrado em Relações Internacionais e desempenhar funções profissionais partindo desses mesmos conhecimentos. Outro objetivo seria o de compreender o trabalho desempenhado dentro de um posto consular (neste caso específico, o Consulado-Geral de Portugal em Boston), e como funciona a rede diplomática portuguesa nos Estados Unidos da América.

Não sendo o nosso propósito enveredar por um modelo de escrito próximo/similar a uma dissertação de mestrado, importa, no entanto, efetuar algumas referências teóricas que permitem o enquadramento do estágio efetuado, bem como a respetiva inserção no quadro das atividades desenvolvidas por um estudante de relações internacionais. Deste modo, em primeiro lugar iremos abordar a temática da diplomacia, recorrendo ao conceito geral e afunilando a análise para abordar a rede diplomática Portuguesa. Este primeiro passo é determinante para enquadrar os objetivos e as funções exercidas no quadro do Consulado-geral de Portugal em Boston.

Abordar a diplomacia do ponto de vista teórico implica ter presente que é um dos conceitos/áreas de estudo mais relevantes das Relações Internacionais, envolvendo, de forma pragmática e simples, as relações e o diálogo entre os Estados e os diversos atores políticos. É um conceito que surge historicamente quando as civilizações se organizaram em Estados soberanos, e por isso define aquilo que são as relações entre os Estados. Já os postos consulares e as redes diplomáticas são parte integrante da diplomacia, sendo as embaixadas as bases das missões diplomáticas de cada nação, e os consulados as bases “satélite” dessas mesmas missões, tendo estas um foco maior no auxílio aos cidadãos.

Tendo em conta o facto de o estágio curricular em questão ter ocorrido num posto Consular nos Estados Unidos da América, será igualmente importante analisar o contexto das relações diplomáticas entre Portugal e os EUA, detalhar e explicar a rede consular portuguesa nos EUA, e o impacto que tem o apoio consular na comunidade portuguesa nos EUA.

A última parte do relatório incidirá sobre o local do estágio, ou seja, o Consulado-Geral de Portugal em Boston, onde será explicada a História do Consulado, a sua atual estrutura e a comunidade portuguesa que este abrange na sua área jurídica, a atividade desenvolvida no estágio curricular e todas as oportunidades de formação e constrangimentos que marcaram o desempenho no estágio.

Um importante aspeto a ter em conta no presente contexto é o efeito da pandemia do COVID-19 no desempenho de funções por parte do Consulado; toda a estrutura do Consulado-Geral de Portugal em Boston e a forma como se tem feito o apoio à comunidade portuguesa, considerando a adoção de um conjunto de normas de proteção e contenção da propagação do vírus da COVID-19, normas que também se foram alterando conforme a situação pandémica foi evoluindo nos Estados Unidos da América, mais particularmente no Estado de Massachusetts.

Cap.1 – A importância da diplomacia

De forma a se compreender melhor as relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América é necessário perceber os fundamentos que formam o conceito de diplomacia, o porquê de esta ser tão importante nas Relações Internacionais, e de que forma as Embaixadas e os Consulados se enquadram na diplomacia global.

A diplomacia pode ser definida como o “método de influenciar as decisões e os comportamentos dos governos estrangeiros através do diálogo, negociação e outras medidas sem guerra ou violência” (Mark, Freeman e Chas, 1988). Um denominador comum nos diversos conceitos de diplomacia é o facto de esta ser uma prática presente desde o início dos tempos: “o uso de representantes por detentores de poder político para estabelecer contatos de natureza variada entre duas unidades políticas data de volta para tempos primitivos” (Magalhães, 1988, p. 15).

É relevante mencionar que os primeiros registos da diplomacia andam de mão dada com o aparecimento da escrita, ao termos em conta que o primeiro tratado de que se tem registo foi escrito na Mesopotâmia, e assim, do mesmo modo, podemos afirmar que a diplomacia é praticada desde o início da História da Humanidade. A diplomacia da Antiguidade recebeu contributos de diversos povos e civilizações, mas, em grande

parte, foi praticada através de tratados diplomáticos entre atores políticos (Brueno, Freire, e Oliveira, 2017, p.626).

O conceito de diplomacia baseado nas ações governamentais e os métodos de diplomacia mais modernos dão-se depois da Era Renascentista e da formação do sistema internacional de Estados europeu, quando praticamente todas as civilizações modernas europeias passaram a ser formadas por Estados soberanos que, historicamente, passaram a utilizar os meios diplomáticos para as relações internacionais.

A diplomacia distingue-se do conceito de política externa pelo facto de ser o principal instrumento da própria política externa dos Estados. Enquanto a política externa é composta pelos objetivos das nações (os quais têm de ser atingidos através de certas estratégias delineadas pelos líderes governamentais), a diplomacia é o principal instrumento utilizado pelos governos para alcançar esses objetivos e manter a paz entre os Estados soberanos. A política externa serve para alcançar os interesses de cada estado e salvaguardar a sua soberania: independência, segurança e integridade política, económica e territorial (Mark, Freeman e Chas, 1988).

A distinção entre diplomacia e a política externa é feita de uma forma mais simples pelo principal objeto de interação de cada uma das definições: enquanto a diplomacia se concentra nas interações entre os atores, a política externa foca-se nos próprios atores políticos.

“The relationship between diplomacy and foreign policy is an intimate yet sometimes confused one (...) foreign policy and diplomacy are commonly treated as interlinked components in a process through which the objectives of policies directed towards the management of relations with an actor’s international environment are translated into outcomes through the employment of a range of institutionalized techniques and strategies mediated through a set of established structures, rules and norms” (Constantinou, Kerr, e Sharp, 2016, p.67)

A diplomacia também se caracteriza pela representatividade e reconhecimento dos estados, ou seja, é pela prática da diplomacia que um Estado soberano se expõe e se posiciona no sistema internacional. No contexto das negociações internacionais, os Estados fazem-se representar através dos seus diplomatas, obtendo assim uma participação ativa no sistema internacional através da interação com outros Estados soberanos, e, desta forma, esses estados obtêm reconhecimento desses outros Estados

soberanos. Com isto a diplomacia acarta uma maior importância, pois as nações que praticam relações diplomáticas estão automaticamente a serem reconhecidas como Estados soberanos, sendo este um importante passo para uma nação se integrar no sistema internacional e ser reconhecida como um ator global.

Em grande parte, as políticas externas dos estados são informação pública, já as negociações e relações diplomáticas são processos mantidos fora do olhar público e em confiança entre os diplomatas e enviados nas missões diplomáticas. Um dos propósitos da diplomacia é fortalecer o Estado soberano ou a organização em prol dos seus interesses sem o uso da força, preservando a paz através de negociações que por si mesmas pretendem atingir acordos e/ou resolver problemas entre os Estados (Mark, Freeman e Chas, 1988).

Os diplomatas são a principal ferramenta da diplomacia, sendo estes os primeiros enviados nas negociações internacionais. São os diplomatas que ajudam os próprios líderes mundiais a perceber as atitudes e ações das nações estrangeiras, e a partir das suas análises desenvolvem estratégias que definem as políticas externas do seu Estado. Por vezes, quando a diplomacia fracassa, a próxima solução de um estado é a guerra, e mesmo durante a guerra, a diplomacia continua a ser útil, para tentar o diálogo, a negociação, os ultimatos, e as reconciliações entre os Estados.

É no presente sistema internacional multipolar que a diplomacia adota uma importância ainda mais significativa nas relações internacionais, com diferentes centros de poder. Foi após a invasão do Iraque (resultado de outras guerras e conflitos no Médio Oriente, que por si próprias culminaram nos atentados de 11 de setembro de 2001), que a política externa passou a se definir principalmente pela agressiva perseguição das metas internacionais por parte dos polos centrais de poder, como os Estados Unidos da América, a Rússia e a China. Olhando para o caso específico dos EUA, durante a invasão do Iraque (iniciada em 2003), o mundo vivia um sistema internacional claramente unipolar, no qual os Estados Unidos da América eram a nação hegemónica a nível mundial, quer a nível militar, económico, tecnológico e de poder político, e assim foi durante grande parte da guerra e das sucessivas invasões e intervenções militares em territórios controlados pelos Talibã e outros grupos alegadamente terroristas marcados como “*targets*” dos americanos nesta “Guerra ao Terror”, inclusive o Al Qaeda.

Num sistema multipolar (com mais do que um polo central de poder internacional) a diplomacia adota uma importância mais elevada, principalmente quando existem, agora, objetivos comuns a todos os atores globais, como é o exemplo

do combate às alterações climáticas quando olhamos para o “*European Green Deal*”, o “*Paris Agreement*”, entre outras parcerias diplomáticas nas quais todos os governos participantes tomam medidas e decisões em prol de um objetivo positivo comum. A negociação e o diálogo tornam-se fundamentais num sistema internacional que se baseia num “palco” com vários “atores principais”, ainda mais quando todos estão a trabalhar para um interesse comum. Como é evidente, alguns interesses nacionais e internacionais continuam por chocar com interesses de uns atores com outros, e, também aqui, a diplomacia torna-se na ferramenta essencial para resolver possíveis conflitos (Melissen, 1999, p.14).

Assim, podemos concluir que a diplomacia é uma chave importante nas relações internacionais, pois através desta, os interesses e as necessidades dos países que constituem o sistema internacional podem ser alcançados. A diplomacia engloba a representação internacional das nações, promove as trocas político-culturais e de informação entre as nações, impede, dirige e/ou termina conflitos e crises, e ainda providencia serviços consulares aos cidadãos. Todas estas funções mantêm a existência e interdependência das relações pacíficas dentro do sistema internacional.

1.1 A prática diplomática

A prática diplomática foi adaptando-se ao longo dos tempos, conforme a sociedade também se foi evoluindo cultural e tecnologicamente. A prática diplomática moderna é o resultado do crescimento da atividade diplomática da segunda metade do século XX, onde pudemos testemunhar diversos desafios nas relações internacionais que obrigaram os líderes mundiais a utilizar a diplomacia para manter a paz. Ainda com o trauma das duas Guerras Mundiais, quando enfrentados com os desafios da segunda metade do século XX (principalmente durante a Guerra Fria, e também depois do colapso da União Soviética), as nações tiveram de adotar métodos diplomáticos de forma a manter a paz e não originar outra Guerra Mundial.

A complexidade da prática diplomática moderna deve-se, primeiramente, ao aumento notável de atores internacionais, pois observámos que o número de Estados mais do que triplicou desde 1945, o que amonta para mais de dezassete mil pares possíveis de relações bilaterais, enquanto o número de organizações internacionais já teria aumentado para quase seis mil em 1997 (Melissen, 1999, p.14).

A maneira como os Estados lidam uns com os outros nas relações bilaterais e multilaterais também se foi alterando ao longo dos passados 400 anos, com a contínua evolução das regras e procedimentos complexos da prática diplomática, e a emergência de novos problemas na política externa. O crescente volume e agenda dos assuntos diplomáticos obriga a uma adaptação por parte dos diplomatas profissionais em relação a áreas e problemas que não existiam antes.

Os próprios governos e ministérios de negócios estrangeiros têm contato direto com os mesmos de outros países, sendo então necessária a criação de embaixadas e outros postos consulares de modo a garantir o rápido e mais eficaz contato direto e troca de informação entre governos, para além da prestação de serviços aos cidadãos nacionais que residem em países estrangeiros (Melissen, 1999, p.16).

Já o conceito pacífico da diplomacia não engloba e restringe a possibilidade de se poder praticar diplomacia em tempos de guerra, e promove esse equívoco de que a diplomacia e a guerra são dois caminhos paralelos na resolução de problemas internacionais, quando na realidade é muitas vezes necessária a diplomacia para resolver guerras e conflitos. É possível que a diplomacia faça uma maior parte das maneiras de evitar conflito direto. A Guerra do Golfo é um exemplo de como a diplomacia e a guerra estão muitas vezes entrelaçadas, quando a diplomacia não serve para prever e evitar conflito armado, mas fazer com que este se inicie no momento certo (Melissen, 1999, p.16).

Foi a partir do século XX que as práticas diplomáticas começadas na Europa foram adotadas pelo resto do mundo, e assim a diplomacia global passou a incluir conferências internacionais, parlamentos e outras atividades internacionais que envolviam diversos Estados e governos do sistema internacional. Porém, a evolução contínua da sociedade internacional cresceu para o sistema internacional que temos hoje, para algo que “é mais do que um sistema de comunicação da sociedade dos Estados, ou, por outras palavras, a sala do motor da política internacional” (Melissen, 1999, p.17).

Os diversos elementos que as civilizações humanas foram contribuindo para a prática diplomática que temos hoje ainda estão presentes, como é o exemplo do legado deixado pelo Império Bizantino, a importância dada às cerimónias e ao código de protocolo e conduta diplomática. Uma análise mais avincada da evolução da prática diplomática permite-nos observar que existem elementos que cruzam aprendizagens e tradições de diversas civilizações.

“A broader understanding of diplomacy, therefore, presupposes recognition of the fact that there is an element of cross-civilizational learning in the evolution of diplomacy. The influence of the modes of diplomacy as they took shape in Europe and spread across the globe can hardly be overestimated, but some of the European practices were borrowed from, and elaborated on, the experiences of earlier diplomatic systems. Across time, therefore, diplomacy is indivisible and becomes, as Watson writes, “an accumulation of experience and wisdom which transcends the mere mechanics of dialogue” (Melissen, 1999, p.18)

A prática diplomática confronta-se cada vez mais frequentemente com mudanças, e por isso a própria diplomacia internacional tem de ser adaptável e elástica. A sua capacidade para se adaptar às constantes mudanças nas relações internacionais e, ao mesmo tempo, preservar o elemento essencial da coesão no sistema internacional está constantemente a ser testada. A diplomacia e a prática diplomática têm obrigatoriamente de se inovar e adaptar às mudanças no sistema internacional.

Uma política externa que queira ser “progressista”, tem de ser uma política externa que tenha como objetivo principal a manutenção da paz, da justiça e da oportunidade económica (Klare, 2017). No mundo de hoje, o combate ou travagem às alterações climáticas tem de ser um objetivo incluído nos princípios da política externa dita progressista, precisamente porque todos os atores globais têm de lutar pela sua sobrevivência e pelos seus interesses, os quais seriam impossíveis de atingir sem um planeta habitável. No entanto, por muito humanitária que seja a intenção de um ator global, haverá sempre interesses que causam atrito com interesses de outros atores globais (Klare, 2017).

Este é, portanto, um dos grandes desafios das relações internacionais no mundo moderno e no sistema internacional que temos presentemente. Sempre assistimos a fins que não são perfeitos ou que maximizam os objetivos de um certo ator global. Em vez disso, será necessário identificar um objetivo que se sobreponha aos outros e persuada os “jogadores chave” a se unirem em torno de um resultado aceitável para todos os lados. O caso mais exemplar de um possível objetivo comum seria o das alterações climáticas. Contudo, este tipo de objetivos internacionais comuns vão requerer um tipo de prática diplomática a que os diplomatas dos EUA e de outros atores principais não estão habituados a trabalhar (Klare, 2016,).

O caso da prática diplomática de Portugal distingue-se pelos três principais focos: a integração europeia, o Atlântico, e a aliança duradoura com os EUA, e as relações próximas com os países de língua oficial portuguesa (Sá, 2016, cap.1, p.11).

Em relação ao enquadramento histórico da política externa portuguesa, o primeiro foco, Portugal visou garantir a sua própria independência face às ameaças anexionistas, como as da Espanha e da França, que resultou na busca por uma aliança com a principal potência hegemónica europeia, e, mais tarde, na tentativa de fazer parte do sistema de relações internacionais, já no período democrático, ao integrar as alianças europeias.

O segundo foco da prática diplomática portuguesa, surge para garantir a manutenção do império colonial, na busca pela aliança com a maior potência hegemónica do Oceano Atlântico, em primeira instância a Inglaterra, e depois da Segunda Guerra Mundial, os EUA. Nisto Portugal tentou uma “extensão ultramarina que permitisse a viabilidade da existência de Portugal como nação soberana e com capacidade de ação autónoma face às ameaças de absorção continental e de excessiva dependência da potência marítima, ao mesmo tempo que servia tentativamente de base para o desenvolvimento económico do país e o reforço da sua posição internacional” (Sá, 2016, cap.1, p.21).

O terceiro foco vem a manutenção das boas relações com os países lusófonos, a criação de um eixo após o período colonial, assente em relações privilegiadas com os países africanos de língua portuguesa e com o Brasil, quer nas relações bilaterais como nas relações multilaterais (com a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

Atualmente, a política externa portuguesa e sua integrante prática diplomática são resultado direto do percurso histórico de Portugal mencionado nos parágrafos anteriores, e do seu contexto geopolítico em conjugação com a inserção estratégica e integração no sistema internacional.

Em grande parte do tempo, e nos momentos em que é necessário serem tomadas decisões no contexto internacional, o governo português costuma estar de “acordo consensual”, como foi nos casos da adesão às Comunidades Europeias em 1986, da criação da União Europeia em 1993, da adoção da moeda única, etc. Contudo, Portugal enquadra-se sempre nos três principais focos, excecionando ocasionalmente quando existem alterações na distribuição de poder a nível internacional, como foi o caso da queda do Muro de Berlim em 1989, que originou uma grande transformação da distribuição do poder na Europa, com alterações também no mapa geopolítico.

Portugal, tal como os restantes atores globais que não se enquadram no nível mais “poderoso e influente”, em situações de unipolaridade ou hegemonia, ou se aliam à potência hegemónica ou criam coligações de bloqueio contra a potência hegemónica, sendo que normalmente esta decisão recai na natureza dos interesses dessa mesma potência. Pela geografia, Portugal “assentou quase sempre num equilíbrio entre a terra e o mar, isto é, entre a Europa e o Atlântico” (Sá, 2016, cap.1, p.52).

1.2 A rede diplomática de Portugal

Segundo o portal oficial do MNE, a rede diplomática “é o conjunto das missões diplomáticas e postos consulares de um Estado. Cabe à rede diplomática representar os interesses do Estado junto dos países recetores ou organizações internacionais em causa”.¹ Nesta rede diplomática dos Estados inserem-se as embaixadas (estabelecidas nas capitais dos países estrangeiros), as missões diplomáticas permanentes nas organizações internacionais, e os restantes postos consulares, como os consulados-gerais, consulados, vice-consulados, entre outros.

Neste momento, a rede diplomática portuguesa é constituída por 133 postos diplomáticos, dos quais 76 são embaixadas, 48 são consulados e 9 representações e missões permanentes. Das 76 embaixadas, 29 estão na Europa, 18 em África, 16 na Ásia, 12 nas Américas, e 1 na Oceânia.

¹Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/o-que-e-a-rede-diplomatica>. Consultado a 22 de maio de 2021.

Figura 1: A rede diplomática de Portugal no mundo



Fonte: Fonte retirada de “A REDE DIPLOMÁTICA EM NÚMEROS”. Disponível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/a-rede-diplomatica-em-numeros>

Os dois focos portugueses são claramente na Europa e nas Américas, no entanto Portugal já conta com postos diplomáticos espalhados por todo o mundo. O Brasil é o país com mais consulados honorários de Portugal, com 26, seguido da Itália e os EUA.

Cap.2 – As relações diplomáticas Portugal-EUA

Portugal e os EUA mantiveram, desde muito cedo, uma relação amistosa relativamente próxima. Contudo, a política portuguesa em relação à independência dos EUA teve quatro fases distintas: a primeira, de alinhamento com a Grã-Bretanha, durante o tempo de Marquês de Pombal; a segunda, de neutralidade; a terceira, de “neutralidade armada”, entre 1782 e 1783; e, por fim, a de reconhecimento da independência em 1783 (Sá, 2016, cap.1, p.16). A primeira fase, por vias da aliança com a Grã-Bretanha, destaca-se pela “hostilidade” aos EUA.

O próprio Marquês de Pombal enviou uma carta particular em 1775 para tentar influenciar os britânicos a fazer concessões aos colonos norte-americanos, afirmando que “os ingleses deviam recear mais a fúria dos revoltosos americanos do que uma guerra com a França e a Espanha” (Sá, 2016, cap.1, p.20), conselho que os britânicos não seguiram, obrigando Portugal a escolher um lado do conflito. Isto não foi feito sem o próprio interesse nacional português de atrair os britânicos para o lado português durante a disputa pelo continente americano com os rivais espanhóis.

No dia 4 de julho de 1776, os EUA declaravam independência, e a reação do governo português não foi de todo favorável, quando é aprovado um decreto que interditava os portos portugueses aos navios norte-americanos, declarando-os como navios piratas. Esta decisão teve um grande impacto nas colónias norte-americanas devido ao facto de que Portugal era um dos principais importadores europeus dos EUA. Posto isto, a França, principal aliado dos EUA, logo tentou forçar maiores hostilidades entre os EUA e Portugal, incitando-os a declararem guerra e a enviarem navios para o Brasil, tentando influenciar uma possível aliança norte-americana com a Espanha, que por sua vez causaria mais problemas à Grã-Bretanha.

Os norte-americanos não foram tão longe quanto os franceses pretendiam, porém começaram a preparar um tratado de comércio e aliança com a Espanha, para além de instruírem os enviados norte-americanos a protestarem caso fosse confirmado que algum navio tivesse sido interdito ou confiscado em portos portugueses. Na mesma carta dirigida ao embaixador de Portugal em França, D. Vicente de Sousa Coutinho, os norte-americanos, para além das ligeiras “ameaças”, e num tom mais amistoso, apelaram às boas relações entre as duas nações, lembrando os portugueses da “longa amizade e comércio” e do tempo em que os portugueses se encontraram praticamente

na mesma posição que os norte-americanos, referindo-se ao tempo em que estiveram sob domínio espanhol.

Os norte-americanos continuaram a apelar ao bom senso e à amizade portuguesa através de missivas e cartas enviadas ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, chegando a pedir a revogação do decreto de 4 de julho, algo que não teve efeitos imediatos dada a pressão francesa e espanhola pela Guerra da Independência entre os EUA e a Grã-Bretanha.

No contexto da Guerra da Independência dos Estados Unidos, Portugal conseguiu manter a neutralidade, pois tanto o Tratado de Santo Ildefonso (1 de outubro de 1777) como a Aliança Defensiva com a Espanha (11 de março de 1778), apesar de colocarem Portugal numa aliança defensiva com os espanhóis, esta não obrigava os portugueses a ficarem ao lado destes contra a Grã-Bretanha, tendo em conta que se tratava de uma guerra ofensiva.

Esta neutralidade, por muito difícil que tenha sido de manter, foi essencial para as boas relações entre Portugal e as nações de ambos os lados da Guerra da Independência. A neutralidade ia ao encontro dos interesses nacionais portugueses, contudo, esta conjuntura favorável iria mudar temporariamente devido às repetidas violações britânicas da neutralidade portuguesa, quando estes usaram os portos portugueses para armar corsários e navios mercantes e atacar navios americanos, franceses e espanhóis. D. Maria I, quando confrontada com a pressão do lado da França, Espanha, e dos EUA, viu-se obrigada a ceder e adotar medidas que frustravam a movimentação da frota inglesa na costa de Portugal.

Inicia-se então o período de “neutralidade armada” portuguesa em relação aos EUA, quando D. Maria I foi “finalmente” obrigada a aderir ao pacto iniciado por Catarina II da Rússia, que contava com a adesão de diversas nações neutras do continente europeu, que tinha o objetivo de combater a supremacia marítima inglesa e proteger os navios mercantes dos mesmos países neutros.

A Grã-Bretanha viu-se extremamente desfavorecida na Guerra da Independência dos EUA, e Portugal procedeu a rever a sua política externa para evitar excluir os ingleses das suas relações amistosas, mas, ao mesmo tempo, os portugueses tornavam-se dos primeiros países a reconhecer a independência americana.

“Estas equações geopolíticas, bem como a renovada vontade dos ingleses de reconhecer a derrota na América do Norte e fazer a paz, inauguraram a última orientação portuguesa no contexto da

independência dos Estados Unidos que consistiu em ser dos primeiros a reconhecer o novo país. Em Novembro de 1782 foi assinado em Paris um tratado preliminar de paz entre os britânicos e os norte-americanos, ficando apenas por resolver o conflito entre a Inglaterra e a França. Pouco depois, Portugal reconheceu a independência dos EUA pelo Real Decreto de 15 de fevereiro de 1783, o que o colocou, junto com a França e a Holanda, entre os três primeiros países a reconhecer a independência norte-americana e os únicos que o fizeram antes do Tratado de Paz de Paris de 3 de setembro de 1783 que pôs fim formal à guerra.” (Sá, 2016, cap.1, p.35)

Conseguindo atravessar a fase do reconhecimento internacional (provavelmente a fase inicial mais importante de um país no contexto das Relações Internacionais), os EUA viraram-se para uma fase posterior: a de manter e reestabelecer relações comerciais e diplomáticas com o resto do mundo, principalmente na Europa.

Em 1783, o Congresso Nacional dos EUA instruiu os representantes no continente europeu para negociar um Tratado de Paz e Comércio com Portugal. Consequentemente, D. Vicente de Sousa Coutinho recebe ordens da Corte portuguesa para “não só elaborar um projeto de tratado de amizade e comércio entre Portugal e os EUA e apresentá-lo ao representante norte-americano em França, Benjamin Franklin, como também para solicitar-lhe que elaborasse um projeto semelhante” (Sá, 2016, cap.1, p.37). Ao mesmo tempo, John Adams encontrou-se com D. João Teotónio de Almeida, em Haia, para negociar e concretizar os objetivos diplomáticos norte-americanos, tendo em conta os interesses nacionais.

O tratado só chegou a ser assinado em março de 1786 pelos americanos, não sendo nem negado nem aceite pelos diplomatas portugueses, mesmo depois de muita negociação diplomática em torno dos pormenores comerciais, contudo, o problema principal foi o da representação diplomática entre os dois países que se prolongou durante largos anos. Em 1790, o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Luiz Pinto de Sousa nomeou Cipriano Ribeiro Freire como o primeiro ministro residente nos Estados Unidos, e Ignacio Palyart foi escolhido para ser o primeiro Cônsul-Geral de Portugal nos EUA, que desde logo começou por nomear os vice-cônsules portugueses para diferentes cidades na costa marítima americana.

No início do século XIX, face às invasões francesas, a Corte portuguesa de D. João refugiou-se no Brasil, iniciando o processo da sua independência, algo que os norte-americanos vieram tirar proveito. Estes últimos já queriam liberdade comercial com a colónia portuguesa há muito tempo. Em maio de 1808 Thomas Jefferson, então

presidente dos EUA, nomeou Henry Hill como Cônsul na corte brasileira, o qual lá se manteve até 1819 (Sá, 2016, cap. 2, p.72).

Os EUA de James Monroe reconheceram a independência do Brasil em maio de 1824, e acompanharam atentamente a evolução dos acontecimentos que se sucederam em Portugal: as revoluções e contrarrevoluções entre os liberais e os monárquicos (miguelistas). Porém, as relações diplomáticas entre os dois países não sofreram alterações relevantes face à mudança de regime em Portugal (Magalhães, 1991).

O tão discutido Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e os EUA foi finalmente assinado a 26 de agosto de 1840, com ratificação oficial de D. Maria II a 8 de março de 1841, e do presidente americano John Tyler a 23 de abril do mesmo ano, e foi o primeiro grande marco das relações entre as duas nações. Este foi ainda mais importante para o lado português pois “atenuou assim a excessiva dependência do país relativamente ao Reino Unido” (Sá, 2016, cap. 4, pág. 54).

Já no contexto da Guerra Civil Americana, passada entre 1861 e 1865, Portugal mostrou-se mais favorável à União, facto que se assumiu relevante principalmente devido à frente marítima da guerra. Aqui, as ilhas e portos do Atlântico assumiram uma importante localização estratégica favorável ao Norte em oposição à Confederação do Sul, nomeadamente as ilhas dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde (Sá, 2016, cap.2, p.77).

“Durante a Guerra Civil Americana, Portugal teve uma política favorável à União, mostrando-se sempre colaborante com a administração Lincoln, ao contrário do que aconteceu com a vizinha Espanha, com a França e mesmo com o Reino Unido (...) tal como defendeu James E. Harvey, a política de Portugal foi a este nível praticamente exemplar. Lisboa não colocou quaisquer obstáculos ao movimento de navios de guerra da União em águas portuguesas e colaborou com as autoridades de Washington na vigilância exercida sobre os corsários confederados” (Sá, 2016, cap.5, pág.73)

No dia 5 de outubro de 1910 é instaurado o regime Republicano em Portugal, e consequente destituição da monarquia. O governo dos EUA reconheceu o Governo Republicano assim que se deu a sessão inaugural da Assembleia Nacional Constituinte, a 19 de junho de 1911.

Durante a Primeira Grande Guerra, os EUA e Portugal mantiveram-se neutros durante grande parte do conflito, acabando por ficar do mesmo lado no final. Para além disto, ambos ajudaram sempre o Reino Unido através de fornecimento e transporte de suprimentos, principalmente por via marítima. É também durante a Primeira Guerra Mundial que os EUA e Portugal aproximam-se em torno da importância estratégica dos Açores, pois é durante estes anos que o governo americano decidiu expandir a sua presença geopolítica no continente europeu “a uma escala imensa”, e a “novidade de uma base naval norte-americana em Ponta Delgada (surge) oficialmente em novembro de 1917” (Sá, 2016, cap.8, pág.48).

Durante o Estado Novo, Portugal e os EUA mantiveram as relações diplomáticas próximas, e depois do Golpe de 25 de Abril, o Departamento de Estado dos EUA reconheceu a legitimidade da Junta de Salvação Nacional, impedindo a rotura das relações bilaterais.

Num passado mais recente, é possível afirmar que Portugal e os EUA mantêm relações bilaterais bastante próximas. Ambos são membros fundadores da NATO, e as forças militares portuguesas têm sido utilizadas em praticamente todas as missões e teatros de guerra do séc. XXI (Guerra do Iraque, Guerra do Afeganistão, etc.). A Base das Lajes nos Açores continua a ser um enorme pilar na aliança militar entre os EUA e Portugal, através do Acordo de Cooperação e Defesa (1995).

Segundo os dados do Portal Diplomático do MNE², “em 2016, os Estados Unidos mantiveram-se como maior parceiro comercial de Portugal fora da União Europeia (5º no total), tendo o comércio bilateral de bens e serviços atingido cerca de 5,8 mil milhões de Euros”.

2.1 – A rede consular portuguesa nos EUA

Portugal detém uma rede consular avultada nos EUA, com postos consulares posicionados nas áreas e cidades onde existem grandes focos de comunidades portuguesas.

² Disponível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=494:estados-unidos-da-america&catid=119:relacoes-diplomaticas>. Consultado a 25 de maio de 2021.

Para além da Embaixada de Portugal na capital dos EUA, Washington DC, existem quatro Consulados Gerais: Boston, Newark, Nova Iorque, e São Francisco. O último é, dos quatro, o único Consulado Geral na costa oeste dos Estados Unidos. Existem também um Consulado em New Bedford, e um Vice-Consulado em Providence.

Existem ainda 11 Consulados Honorários espalhados por todo o território dos EUA: Chicago, Honolulu, Houston, Indianópolis, Los Angeles, Miami, Nova Orleães, San Diego, San Juan de Puerto Rico, Tulare e Waterbury-Naugatuck.

O atual Embaixador de Portugal nos EUA é Domingos Teixeira de Abreu Fezas Vital.

Capítulo 3 – O Consulado-Geral de Portugal em Boston

Neste capítulo será abordado o local onde o estágio foi realizado, o Consulado-geral de Portugal em Boston, a sua história, atual estrutura, a comunidade portuguesa que faz parte da sua jurisdição, a atividade desenvolvida no âmbito do estágio curricular, as oportunidades de formação durante essa atividade, e os constrangimentos sentidos durante o período do estágio.

3.1 – Origens históricas do Consulado

A 4 de maio de 1822 as Cortes portuguesas decidiram aumentar os postos consulares nos Estados Unidos da América, medida impulsionada pelo representante em Washington nomeado em 1821, Francisco Solano Constâncio, dado o seu dinamismo em desenvolver os contatos bilaterais entre as duas nações.

Até 1822, existiam apenas dois Consulados portugueses nos Estados Unidos da América: um em Filadélfia, aberto desde 1788; e um em Nova Iorque, aberto desde 1795. Abriram-se, portanto, cinco novos Consulados respetivamente em Boston, Baltimore, Charlestown, Nova Orleães e Norfolk. O primeiro representante consular em Boston foi Francisco Vicente Spinoza da Câmara Perestrelo, que, com o título de Cônsul-Geral, dirige-se à capital do Estado de Massachusetts, Boston, a 31 de outubro de 1822, acompanhado pelo auxiliar Philip Marett (dada a sua experiência administrativa nos Estados Unidos da América). O Consulado-Geral de Portugal em Boston foi criado a 7 de maio de 1822.

O seu primeiro problema a resolver seria o apresamento da galera portuguesa “Mariana Flora”, por alegada prática de pirataria. Isto seria um problema bastante comum nesta altura, algo com que as Cortes e os sistemas judiciais das nações do Atlântico já estavam acostumadas, principalmente nos Estados Unidos da América. O próprio abade Correia da Serra, Ministro embaixador português residente em Washington, travou diversas polémicas relativas a práticas de pirataria por navios americanos sobre barcos mercantes portugueses que seguiam rumo ao Brasil.

Mais tarde, por correspondência entre Solano Constâncio (nomeado encarregado de negócios portugueses nos Estados Unidos da América) e as Cortes portuguesas, veio perceber-se que os custos de manutenção de todos os recém-criados postos consulares eram demasiado avultados, e concluiu-se que a súbita e excessiva criação de tantos postos consulares no estrangeiro foi uma decisão financeiramente pesada.

Em Portugal, a junho de 1823, D. João VI punha termo à primeira época do Constitucionalismo, e, depois disto, o Rei de Portugal comunica a Washington ter “julgado conveniente abolir os Consulados ultimamente criados nesses Estados Unidos”. O único posto consular que permaneceu nos Estados Unidos da América foi o de Nova Iorque. Segundo Fernando de Castro de Brandão: “não se vislumbra justificação para que Boston fosse incluído em tão drástica medida. Como se referiu, os emolumentos ali cobrados eram suficientes à sua manutenção. Restaria, quando muito, a normal gratificação concedida pelo erário ao respetivo Cônsul-Geral. Montante normalmente insignificante, afigura-se ridículo que haja determinado a anulação de um Consulado, colocado em entreposto comercial de tão grande importância. Mas, efetivamente, assim aconteceu.” (Brandão, 1995, pág. 13)

Sabe-se que apesar de ter deixado de haver um posto consular com o título de Consulado, passou a existir o Vice-Consulado em Boston durante largos anos, enquanto em Nova Iorque permanecia o Consulado-Geral. Até à implantação da República existe pouca documentação sobre quantos Vice-cônsules foram nomeados para o posto em Boston, mas Valle da Costa foi o último do período monárquico.

A 16 de junho de 1894 decidiu-se, em decreto oficial, atribuir os Estados de Massachusetts, New Hampshire, Maine, e Vermont à jurisdição do Vice-Consulado de Boston, os quais continuam a ser, até hoje, os quatro Estados pertencentes à jurisdição do Consulado-Geral de Portugal em Boston. Connecticut e Rhode Island, que outrora teriam feito parte da jurisdição de Boston, passaram para a jurisdição de Nova Iorque.

A 5 de outubro de 1910 é declarada a Implantação da República em Portugal, e, conseqüentemente, Valle da Costa é retirado da posição de Vice-Cônsul de Boston, sendo Jorge Duarte d’Almeida apontado como novo Cônsul. Este chega à capital de Massachusetts a 8 de agosto de 1911 para exercer as suas novas funções: “pode afirmar-se que o Cônsul Duarte d’Almeida teve uma gerência com êxito, pelo menos no respeitante à reorganização administrativa do seu distrito. Viu satisfeita a maioria das propostas para esse fim e engrandeceu indubitavelmente a área da sua jurisdição consular. Passando a atuar sobre toda a região de New England, pôde alcançar em certo

desafogo financeiro, indispensável para a funcionalidade do posto.” (Brandão, 1995, pág. 22).

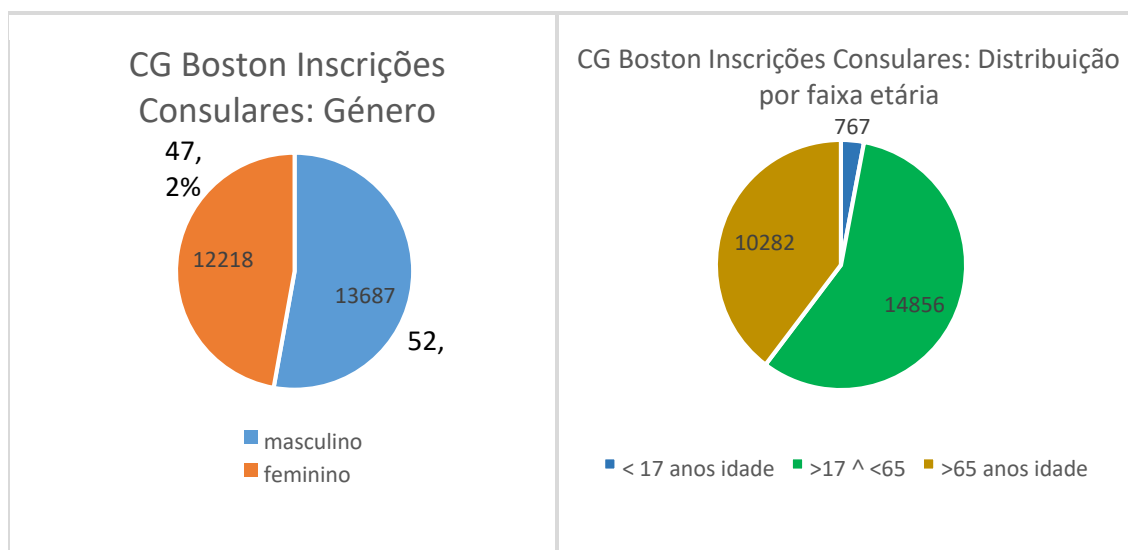
Valle da Costa terá sido recompensado pelo seu trabalho eficaz em Boston ao ser nomeado Cônsul-Geral de Nova Iorque, tendo apontado Camilo Câmara para o seu cargo anterior. Nos anos seguintes sucedeu-se a nomeações sucessivas de Cônsules para o posto de Boston.

3.2 – A comunidade portuguesa em Boston

Existem cerca de 25905 inscrições consulares registadas no Sistema de Gestão Consular (SGC), sendo que cerca de 12218 (47,2%) dos inscritos são do sexo feminino, e cerca de 13687 (52,8%) são do sexo masculino.

Cerca de 785 dos nacionais inscritos são jovens de idade até aos 17 anos, constituindo cerca de 3,2%. O grupo etário de maiores de 65 anos constitui cerca de 38,6% da comunidade inscrita.

Figura 2: Gráficos que separam as inscrições consulares por género e por distribuição por faixa etária.



Fonte: Dados e gráficos do Consulado-Geral de Portugal em Boston fornecidos por Carolina de Almeida Pato.

As áreas geográficas em que se verifica uma presença mais acentuada da comunidade portuguesa são as cidades de Lowell, Ludlow, Peabody, Hudson, Somerville, Cambridge, Milford, Chicopee, Woburn, Springfield, Stoughton e Medford.

É notório um envelhecimento da comunidade portuguesa na área consular do CGP em Boston, o que se reflete nos dados demográficos apresentados e tem consequência na degradação do movimento associativo. Atualmente na área consular do CGP em Boston existem cerca de meia centena de associações e clubes da comunidade portuguesa.

A pesca e os empregos fabris eram as ocupações profissionais mais comuns da comunidade portuguesa na área de Boston, já das comunidades do North End, East Boston e da cidade de Gloucester trabalhavam como pescadores e estivadores. À medida que os empregos industriais se expandiam em Cambridge no final do século XIX e início do século XX, os portugueses ali residentes encontraram trabalho em fábricas de mobiliário, calçado, e outras indústrias. Já quando essas começaram a fechar na década de 1970, passaram a trabalhar predominantemente em serviços como hotelaria, restauração, limpeza, transportes e saúde.

Atualmente as atividades profissionais da comunidade portuguesa da área de jurisdição do CGP em Boston são a área do comércio e serviços de pequenas e médias empresas.

Na área consular do CGP em Boston existem seis Escolas Comunitárias Portuguesas, e o ensino da língua portuguesa no Estado de Massachusetts é ministrado em escolas portuguesas das associações e clubes portugueses, e em escolas públicas. No ensino superior, dentro da área de jurisdição em questão existem quatro universidades norte-americanas que mantêm protocolos de cooperação com o Camões I.P. (Instituto da Cooperação e da Língua) e que ensinam a língua portuguesa.

3.3 – Estrutura do Consulado-Geral de Portugal em Boston

Os EUA são historicamente um destino de emigração muito desejado pelos portugueses, o que resulta na instalação de avolumadas comunidades portuguesas concentradas em áreas para onde o fluxo emigratório era maior. É especialmente na costa leste dos EUA, nos Estados pertencentes à região geográfica de New England, que existem diversas e avultadas comunidades portuguesas, sendo que Boston não escapa a

esta realidade. O Consulado-Geral de Portugal em Boston compreende as seguintes áreas de jurisdição: os Estados de Massachusetts (os Condados de Berkshire, Essex, Franklin, Hampden, Middlesex, Norfolk, Suffolk, e Worcester, sendo que os Condados de Bristol, Plymouth, Barnstable, Dukes, e Nantucket pertencem à área de jurisdição do Consulado de Portugal em New Bedford), Estado de New Hampshire, Maine e Vermont.

O Consulado-Geral de Portugal em Boston faz parte da rede consular de Portugal a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os funcionários e estagiários são contratados através do sistema de concurso público do MNE, e o responsável máximo, o Cônsul-Geral é nomeado pelo MNE para exercer funções diplomáticas numa área de jurisdição consular definida, reportando ao Embaixador português no mesmo país onde exerce a sua função.

No Consulado-Geral de Portugal em Boston exerce a função de Cônsul-Geral João Pedro de Vasconcelos Fins do Lago. A Assistente Executiva é Carolina de Almeida Pato, e os quatro assistentes são, por ordem alfabética, Armando Milheirão, Frederico Nascimento Pato, Maria Beatriz Pinto Sullivan, e Rita Ajileye. Ainda dentro do Consulado-Geral exerce a função de Coordenador de Educação Portuguesa nos EUA João Caixinha.

3.4 – Atividade desenvolvida

As primeiras atividades de cada dia de trabalho eram a escrita de ofícios, que, dependendo do assunto a tratar, seriam enviados para o MNE, para os restantes postos consulares e/ou Embaixada nos EUA, ou, por exemplo, tribunais em Portugal. O assunto podia ser desde informação detalhada acerca da atividade consular dentro do Consulado-Geral de Portugal em Boston, até Cartas Precatórias a serem enviadas para os tribunais, a resolver assuntos diversos.

Muitos dos ofícios redigidos a serem enviados por telegrama ao MNE e aos Consulados e Embaixada portuguesas nos EUA, continham a informação relativa à situação pandémica em Boston e na restante área de jurisdição do Consulado-Geral de Portugal em Boston, como o número diário de infetados, recuperados, hospitalizados e óbitos. Também chegavam ao Consulado-Geral telegramas oficiais de outros postos consulares, os quais teriam de ser lidos e assinados por todos os funcionários (para além do Cônsul-Geral).

A outra atividade diária nas primeiras semanas foi a reorganização de todos os dossiers que contêm a documentação de cada pessoa registada/inscrita no Consulado-Geral de Portugal em Boston. As inscrições consulares teriam de ser separadas entre os utentes que obtiveram nacionalidade portuguesa, os que fizeram passaporte ou cartão de cidadão português, e os óbitos dos já anteriormente inscritos no Consulado-Geral.

Em reuniões diárias com o Cônsul-Geral foram adquiridos conhecimentos sobre o modo de vida e a integração da comunidade portuguesa nos EUA. Tanto eram dados conhecimentos gerais como alguns mais aprofundados sobre toda a vivência americana, quer fosse sobre a política, a cultura, a economia, a saúde, ou outro assunto relacionado geralmente relacionado com o modo de vida nos EUA, ou a integração da comunidade portuguesa no país.

A atividade mais proativa e interessante de todo o estágio curricular foi o atendimento ao público. Este começava no atendimento de chamadas, nas quais se teria de esclarecer dúvidas, dar informação, e, no geral, ajudar os utentes a resolver assuntos que dependiam da ação no Consulado-Geral, fosse a obtenção de nacionalidade portuguesa, cartão de cidadão, passaporte, vistos de entrada nos EUA, e provas de vida (entre outros atos notariais).

Para além de se ter de atender às chamadas, foi necessário também fazer chamadas aos utentes e confirmar marcações de atendimento para o dia seguinte, prestando qualquer auxílio necessário e dar a informação importante. Aqui foi notório o impacto das restrições face à pandemia do COVID-19: primeiro, como seria evidente, os utentes teriam de trazer máscara dentro do edifício onde se encontra o Consulado-Geral, e não poderia haver mais de uma pessoa na sala de atendimento ao público (para além do funcionário que estivesse a atender o utente, e o utente); segundo, não seriam aceites as marcações feitas para ir buscar documentos (cartões de cidadão, passaportes, etc.) ao Consulado-Geral, sendo que a alternativa encontrada foi a entrega de um envelope pré-pago com o endereço do utente, o qual seria utilizado para reenviar os documentos assim que estivessem prontos; e, por último, alguns dos assuntos que podiam ser resolvidos no Consulado-Geral foram sofrendo alterações a nível processual, como foi o exemplo dos vistos de turismo, atendendo às normas e regras impostas pelos governos de Portugal e dos EUA.

A organização, planeamento, e execução de encontros com membros das organizações e clubes das comunidades portuguesas com o objetivo de obter *feedback* sobre a prestação dos postos consulares portugueses (em particular, o do CGP em Boston) também foi uma das atividades que permitiu um contacto mais direto e

informativo sobre a prestação de serviços dentro de um posto consular. Em conversas com os membros das organizações e clubes foi possível perceber o tipo de atividades e eventos que são organizados e planejados em prol de promover a cultura portuguesa nos EUA, não só para atrair a comunidade portuguesa, mas toda a comunidade residente.

Com a evolução da pandemia do COVID-19, e chegando ao final do mês de novembro, a situação piorou. O Consulado-Geral acabou por reduzir a sua capacidade máxima de funcionários dentro do edifício, sendo que o trabalho para o estágio curricular passou a ser feito a partir de casa, o que influenciou toda a atividade restante realizada no estágio.

Mesmo a partir de casa, toda a atividade continuou a ser realizada normalmente, apenas não havia contacto direto com as pessoas. Um outro projeto que começou a ser desenvolvido para o Consulado-Geral foi a expansão das redes sociais oficiais do CGP em Boston no Facebook e no Instagram. Foram marcadas reuniões para todas as semanas nas quais se debatia os temas a serem publicados nas páginas oficiais do Consulado, com o objetivo de aumentar o *engagement* por parte da comunidade portuguesa para com o Consulado-Geral.

3.5 – Oportunidades de formação

O estágio permitiu um primeiro contacto com o trabalho consular/diplomático, do qual se retira não só a própria experiência, mas o aprofundamento dos conhecimentos obtidos durante a lecionação teórica do Mestrado em Relações Internacionais. Sendo que o trabalho num posto consular era o objetivo principal, ter a oportunidade de entrar em contacto direto com toda a atividade foi um contributo notável a nível de formação académica e, especialmente, profissional.

O facto de ter sido um estágio nos EUA foi, por si só, um importante contributo para a formação nas Relações Internacionais, dado que é um país estrangeiro bastante multicultural, no qual foi necessário utilizar o inglês e o espanhol tanto em contexto profissional como em contexto de vivência.

3.6 – Constrangimentos

O constrangimento que mais influenciou o estágio curricular foi, como já mencionado, as regras sanitárias impostas face à pandemia do vírus da COVID-19. Restringiu a deslocação para o Consulado-Geral após cerca de apenas 1 mês e meio de trabalho no local, impedindo assim a experiência em primeiro plano do atendimento ao público.

Considerações finais

O relatório explorou e aprofundou o tema da diplomacia e das relações diplomáticas, que são parte essencial das Relações Internacionais. Conclui-se que a diplomacia é um conceito bastante flexível, tendo em conta o facto de que a própria prática diplomática e a forma como o ser humano foi utilizando a diplomacia entre os Estados foi-se alterando conforme o sistema internacional também foi evoluindo.

As relações entre Portugal e os EUA mantiveram-se bastante próximas e amistosas ao longo dos tempos, desde a declaração de independência americana, e estas tomam maior importância a nível geopolítico, e a nível estratégico-militar, pelo facto do território português estar posicionado na entrada para a Europa por parte do Atlântico, algo que os americanos sempre tiveram particular interesse em tomar vantagem de acordo com os interesses nacionais.

Sendo que se trata de um relatório de estágio, o presente relatório não constitui um marcante contributo teórico no estudo da diplomacia e da prática diplomática, sendo que a análise feita a esses dois conceitos foi objetivamente contextual. No entanto, o relatório veio complementar o estudo das relações diplomáticas entre Portugal e os EUA, do qual existe uma escassa rede de fontes bibliográficas, sendo que os dois maiores contribuidores nacionais e de mais fácil acesso, em termos essencialmente históricos, para este tema, são José Calvet de Magalhães (com a “História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)”), e Tiago Moreira de Sá (com a “História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)”), que foram, sem dúvida, bastante essenciais para a análise histórica às relações diplomáticas Portugal-EUA realizada no presente relatório.

Contudo, o contributo do presente relatório é sobretudo a nível prático, dada a experiência em primeira mão do trabalho diplomático dentro de um posto consular português nos EUA. Desta forma, o presente relatório poderá ser utilizado como futura referência e complemento para estudos que aprofundem o tema da prática diplomática através de postos consulares no estrangeiro, e/ou ainda sobre a comunidade portuguesa nos EUA.

Bibliografia

Antwi, G. (2019). *Importance of Diplomacy. University of Ghana*. Retirado de <https://www.diplomacy.edu/resources/general/diplomacy-instrument-good-governance>, em 24 de maio de 2021.

Brandão, F.C. (1995). *O Consulado-Geral de Portugal em Boston, Subsídios para a sua História. Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros*.

Brueno, E., Freire, M., e Oliveira, V. (2017). *As origens históricas da diplomacia e a evolução do conceito de proteção diplomática dos nacionais*. Retirado de <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1870465417300454?token=617ED34F44E0E47C869C45767C00306360903F02C5BB5033928BAC8D057FE8F4A1704CC74B62923CA8D372FD37C04784&originRegion=eu-west-1&originCreation=20210612135639>, em 25 de maio de 2021.

Constantinou, C.M., Kerr, P., e Sharp, P. (2016). *The SAGE Handbook of Diplomacy. SAGE*. Retirado de https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=PLfeDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA67&dq=diplomacy+and+foreign+policy&ots=1s8rX5DHH6&sig=rS64XHKBt2ojNwm1HI3M266jIQs&redir_esc=y#v=onepage&q=diplomacy%20and%20foreign%20policy&f=false, em 24 de maio de 2021.

Freeman, C.W. e Marks, Sally (1988). *Diplomacy. Encyclopedia Britannica*. Retirado de <https://www.britannica.com/topic/diplomacy>, em 24 de maio de 2021.

Klare, M. (2016). *The Importance of Diplomacy in a World of Multiple Power Centers. The Nation*. Retirado de <https://www.thenation.com/article/archive/the-importance-of-diplomacy-in-a-world-of-multiple-power-centers/>, em 24 de maio de 2021.

Lima, B.P. (2016). *Portugal e o Atlântico*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Retirado de <https://www.kobo.com/pt/en/ebook/portugal-e-o-atlantico>, em 27 de maio de 2021.

Magalhães, J.C. (1988). *The Pure Concept of Diplomacy*. Greenwood Press. Retirado de https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=bunFDJqi4SEC&oi=fnd&pg=PA1&dq=concept+of+diplomacy&ots=wUoRTRNdW&sig=cT2C3M8_5deBH8gki3UyhRCrOWU&redir_esc=y#v=onepage&q=concept%20of%20diplomacy&f=false, em 24 de maio de 2021.

Magalhães, J.C. (1991). *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América*. Publicações Europa-América.

Melissen, Jan (1999). *Innovation in Diplomatic Practice*. Retirado de https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=sEO_DAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR9&dq=diplomatic+practice&ots=wy-KALPlwg&sig=Onml4_On3ir15NEQAukGqVOAgOw&redir_esc=y#v=onepage&q=diplomatic%20practice&f=false, em 24 de maio de 2021.

Moita, L., Pinto, L., e Pereira, P. (2019). *Estudo da Estrutura Diplomática Portuguesa*. Universidade Autónoma de Lisboa. Retirado de <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4206/4/Estrutura%20diploma%CC%81tica%20portuguesa%20FINAL.pdf>, em 24 de maio de 2021.

Petrovsky, V. (1998). *Diplomacy as an instrument of good governance*. Retirado de <https://www.diplomacy.edu/resources/general/diplomacy-instrument-good-governance>, em 24 de maio de 2021.

Portal da Embaixada dos EUA & Consulado em Portugal (2021). *Política e História*. Retirado de <https://pt.usembassy.gov/pt/our-relationship-pt/policy-history-pt/>, em 26 de maio de 2021.

Portal das Comunidades Portuguesas (2021). *Rede Consular*. Retirado de <https://portaldascomunidades.mne.gov.pt/pt/rede-consular>, em 25 de maio de 2021.

Portal Diplomático do MNE (2021). *A Rede Diplomática de Portugal*. Retirado de <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/a-rede-diplomatica-em-numeros>, em 25 de maio de 2021.

Portal Diplomático do MNE (2021). *Países, Estados Unidos da América*. Retirado de <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/estados-unidos-da-america>, em 25 de maio de 2021.

Sá, T.M. (2016). *História das Relações Portugal-EUA*. Publicações Dom Quixote. Retirado de <https://www.kobo.com/pt/en/ebook/historia-das-relacoes-portugal-eua-1776-2015>, em 26 de maio de 2021.

Sá, T.M. (2016). *Política Externa Portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Retirado de <https://www.kobo.com/pt/en/ebook/politica-externa-portuguesa>, em 25 de maio de 2021.